

Daniela Pannuti

Interações: encontros de leitura e escrita

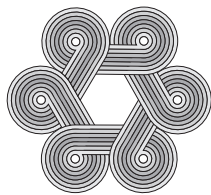
Coleção InterAções



Blucher

Coordenação:
Josca Ailine Baroukh

C O L E Ç Ã O

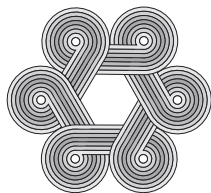


INTERAÇÕES

Interações: encontros de leitura e escrita

Blucher

C O L E Ç Ã O



INTERAÇÕES

Daniela Pannuti

Interações: encontros de leitura e escrita

Josca Ailine Baroukh
COORDENADORA

Maria Cristina Carapeto Lavrador Alves
ORGANIZADORA

Interações: encontros de leitura e escrita

© 2012 Daniela Pannuti

Editora Edgard Blücher Ltda.

Capa: Alba Mancini

Foto: Fernando Alves

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1.245, 4º andar
04531-012 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: 55 (11) 3078-5366
editora@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela
Editora Edgard Blücher Ltda.

Ficha catalográfica

Pannuti, Daniela
Interações: encontros de leitura e escrita
/ Daniela Pannuti; Josca Ailine Baroukh,
coordenadora; Maria Cristina Carapeto
Lavrador Alves, organizadora. -- São Paulo:
Blucher, 2012. -- (Coleção InterAções)

Bibliografia
ISBN 978-85-212-0673-6

1. Educação de crianças 2. Escrita - Estudo e ensino 3. Leitura - Estudo e ensino 4. Prática de ensino 5. Professores - Formação. I. Baroukh, Josca Ailine. II. Alves, Maria Cristina Carapeto Lavrador. III. Título. IV. Série.

12.04807

CDD-372-21

Índices para catálogo sistemático:

1. Apontamentos sobre a leitura e escrita para a prática do professor: Educação 372.21

Aos queridos Caetano e Isadora, que tantos significados trazem à minha existência, e ao Eduardo, parceiro nas muitas leituras da vida, por tudo que já escrevemos juntos. E por fim a todos os professores de nosso país, acreditando que podemos fazer a diferença na vida de nossos alunos.

Nota sobre a autora

Daniela Pannuti, professora, mestre em Psicolinguística Aplicada pela USP, doutoranda em Psicologia Escolar, atua como orientadora pedagógica e formadora de educadores em instituições públicas e privadas. Atualmente estuda a qualidade da prática docente sob o enfoque da experiência.

Agradecimentos

Agradeço à querida equipe da Escola Vera Cruz, pela parceria e confiança em meu trabalho e pelos muitos encontros que tanto me alimentam e acima de tudo, à Josca Baroukh, leitora generosa e parceira fiel nesse trabalho e no compromisso por uma educação que abre espaço à sensibilidade, estética e a mais alta qualidade.

Apresentação

Educar é interagir, é agir **com o outro**, o que acarreta necessariamente a transformação dos sujeitos envolvidos na convivência. Foi esta a ideia que elegemos para nomear a coleção InterAções. Acreditamos que ensinar e aprender são ações de um processo de mão dupla entre sujeitos, que só terá significado e valor quando alunos e professores estiverem questionando, refletindo, refazendo, ouvindo, falando, agindo, observando, acolhendo e crescendo juntos.

Com base nessa premissa, convidamos autores e professores. Professores que conhecem o chão da sala de aula, que passam pelas angústias das escolhas para qualificar as aprendizagens das crianças, seus alunos. Professores que, em sua grande maioria, também são coordenadores de formação de grupos de professores, conversam com professores e, portanto, conhecem o que os aflige.

A esses autores, pedimos que estabelecessem um diálogo escrito sobre temas inquietantes em suas áreas de atuação. Temas que geram muitas dúvidas sobre o que, como e quando ensinar e avaliar. Temas recorrentes que, se abordados do ponto de vista de novos paradigmas educacionais, podem contribuir para a ação, reflexão e inovação das práticas de professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I.

Apresentamos nesta coleção situações de interação entre professores e crianças: exemplos, sugestões pedagógicas e reflexões. Pontos de partida para o professor repensar sua prática e proporcionar a seus alunos oportunidades de se sentirem e serem protagonistas de suas aprendizagens. Acreditamos ser importante que o professor questione sua rotina e construa um olhar apurado sobre as relações cotidianas. Estranhar o natural

estimula a criatividade, a inovação, o agir. E assim, é possível ir além do que já se propôs no ensino desses temas até o momento.

Nosso intuito é compartilhar as descobertas geradas pelo movimento de pesquisa, reflexão e organização do conhecimento na escrita dos autores. E proporcionar ao professor leitor a experiência de um “olhar estrangeiro”, de viajante que se deslumbra com tudo e que guarda em sua memória os momentos marcantes, que passam a fazer parte dele. Queremos animar em nosso leitor a escuta atenta e estimular suas competências técnicas, estéticas, éticas e políticas, como tão bem explica Terezinha Azeredo Rios.

Em meio às dificuldades de ser professor na contemporaneidade, os profissionais da educação persistem na criação de planejamentos e ações que promovam as aprendizagens de seus alunos. Aos desafios, eles apresentam opções e são criativos. É para esses profissionais, professores brasileiros, e para seus alunos, que dedicamos nossa coleção.

Boa leitura!

Josca Ailine Baroukh

Sumário

Pra começo de conversa.....	15
1 Ler e escrever na escola para ler e escrever a vida.....	21
1.1 Por que ler e escrever é tão importante?.....	23
1.2 Em nossas escolas, o ensino da escrita parte de necessidades reais das crianças?	28
1.3 Em busca de bons encontros	30
2 Com que roupa eu vou? Os gêneros textuais e sua importância para formar usuários reais da língua escrita	43
2.1 Contextos de leitura e escrita – o diálogo entre oralidade e escrita.....	53
2.2 Diversidade e continuidade – as contribuições de Mirta Castedo	59
2.3 Situações de leitura e escrita na alfabetização inicial	62
2.4 Continuidade na diversidade: desafios da escola	69

2.5	Organizando o tempo didático: projetos, sequências e atividades permanentes.....	71
3	A leitura como passaporte para a cidadania	81
3.1	O que precisamos saber sobre a leitura para participar positivamente desse processo?	90
3.2	As estratégias de leitura	95
3.3	Hábitos leitores e a aprendizagem da ortografia.....	100
3.4	O lugar da leitura na vida... ..	106
4	Desvendando mistérios: Como se aprende a ler e escrever?	113
4.1	O que é um ambiente alfabetizador?.....	118
4.2	Como compreendemos a escrita e quais as implicações pedagógicas que decorrem dessa concepção?	123
4.3	Ler nas linhas e nas entrelinhas.....	124
4.4	Como as crianças aprendem?	129
4.5	Sondagem: para conhecer como as crianças pensam... ..	137
4.6	Possibilidades de trabalho a partir das necessidades e possibilidades das crianças	142
4.7	Refletindo sobre o sistema: alguns exemplos de atividades e possibilidades de intervenção para cada hipótese.....	149

5	Alfabetização e diversidade: os desafios da educação inclusiva	157
5.1	Não leve gato por lebre: algumas considerações sobre a dislexia	165
	Referências bibliográficas	171

Pra começo de conversa

Encontros...

Considero essas primeiras páginas um primeiro encontro entre nós. Encontro entre vidas, percursos, necessidades, inquietações.

Encontro que se desdobrará em outros importantes encontros: com a teoria, a prática, com as crianças e seus saberes.

O que entendemos como um encontro? Pensar a alfabetização como um encontro é um compromisso que precisamos assumir nesses tempos de tantos desencontros vividos pela educação em nosso país.

Um encontro de intenções, de interesses e de tantas variáveis que precisam se combinar positivamente para que esse importante processo de aquisição aconteça.

Na busca por expressar a importância das trocas proporcionadas pelos encontros, empresto da filosofia uma noção mais abrangente desse conceito. Alguns filósofos buscaram em seus estudos compreender as pessoas, as relações entre elas e os efeitos de seus encontros, ou seja, das trocas que estabelecem. Esse exercício de pensar sobre a essência humana é bastante com-

plexo e profundo, mas é interessante trazer alguns aspectos que podem nos ajudar a compreender a dimensão de nosso trabalho, uma vez que somos nós, professores, os principais responsáveis pelos encontros das crianças com os conhecimentos.

Simplificadamente, podemos dizer que a filosofia entende as pessoas como potências, forças capazes de afetar umas às outras. Esse jogo de forças, que acontece no encontro, produz um efeito que pode ser positivo ou negativo, ou seja, somos sempre afetados pelo que vivemos, não saímos de um encontro da mesma forma que entramos. Nas trocas, nas interações e diálogos que estabelecemos, nos oferecemos um pouco aos outros e recebemos deles também.

Sendo assim, se compreendemos a alfabetização como um encontro, é fundamental considerar como ele tem acontecido, quais as características desse encontro e como ele repercute na aprendizagem das partes envolvidas no processo. É um “encontro às escuras”, como quando se encontram pessoas que não se conhecem? Ou um “encontro de amor à primeira vista”, como quando nos encantamos logo de cara? Ou um encontrão, daquele que saímos até mesmo um pouco avariados? Qual tem sido o saldo dessas trocas? O que ensinamos? O que aprendemos?

Sabemos que a alfabetização é um processo intenso, que envolve inúmeros fatores, e a compreendemos, acima de tudo, como uma vivência de autonomia e emancipação dos sujeitos que aprendem, graças à disponibilidade, interesse e dedicação dos que ensinam. Muitos aspectos participam desse importante encontro, e procuraremos abordar cada um deles em sua especificidade e relevância.

Muito já foi e tem sido dito sobre a aprendizagem da leitura e da escrita. A cada dia, novas ideias, perspectivas e até mesmo métodos são propostos com o objetivo de compreender ou resolver as questões relacionadas à alfabetização. Porém, verificamos poucos avanços tanto quando olhamos para dados quantitativos referentes ao domínio desses importantes recursos que são ler e escrever por parte das crianças de diferentes faixas etárias quanto ao considerar nossa prática cotidiana em sala de aula.

Compreendemos a leitura e a escrita como uma importante conquista, que participa diretamente da apropriação e posicionamento da criança em seu contexto social e no mundo. Pode-se dizer que mais do que uma aprendizagem escolar, ler e escrever são recursos de cidadania. E precisam ser compreendidos nessa dimensão ampla e abordados com toda a seriedade, para que as crianças possam, por esta via entre outras, assumir um lugar de cidadãos críticos e independentes, que reconhecem seus direitos e deveres.

Ao entendermos a escola como espaço coletivo, que apresenta e ao mesmo tempo prepara a criança para o mundo, a concepção que temos de sujeito alfabetizado vai além de conhecer e utilizar as letras. Ser alfabetizado, nesse contexto, pressupõe apropriar-se de um lugar de autonomia, ser capaz de ler e falar o mundo, compreender seus signos e códigos, interpretar a realidade e interagir com ela.

Assim, é fundamental que a escola cumpra sua função mais importante: garantir aos seus alunos o domínio da linguagem oral e escrita em sua complexidade real, como ela se apresenta na vida, ou seja, torná-los aptos a participar de comunicações efetivas, conferindo a eles a possibilidade e o direito de falar, ouvir, ler e escrever com segurança e propriedade, para que assim possam atuar de forma efetiva dentro e fora do ambiente escolar.

Para que a escola possa se constituir efetivamente como lugar de construção de cidadania e subjetividade é preciso olhar para os principais participantes desse encontro: alunos e professores. Como se colocam esses atores na cena escolar? Como se definem? Que cuidados recebem? Como desempenham seus papéis? O trabalho com a identidade de alunos e professores contribui para que assumam e desenvolvam plenamente suas potencialidades.

Pesquisas e investigações psicológicas e educacionais sustentam nossa concepção das crianças como seres potentes, ativos, que interagem com o mundo e aprendem nesse diálogo. Entre eles, destacamos Vygostky (1896-1934), que, a partir de sua prática como professor primário em uma remota região russa no início do século passado, desenvolveu teorias revolucionárias e

fundantes para a compreensão sobre como aprendem as crianças. Entre muitos aspectos importantes que discutiremos mais à frente, destacamos o valor da experiência e a natureza ao mesmo tempo biológica e social da aprendizagem, que nos levarão aos conceitos de zona de desenvolvimento real e proximal, que nos indicam a importância das trocas e interação no processo de aquisição do conhecimento. Segundo o autor:

“não podemos aprender a nadar ficando na praia, para aprender a nadar temos que necessariamente entrar na água, mesmo que não saibamos nadar, de modo que a única maneira de aprender algo, como, por exemplo, adquirir conhecimento, é fazendo isso: em outras palavras, adquirindo conhecimento”.
(Vygostky, 1994)

Para lidar com sujeitos – que entendemos como seres singulares, que se encontram no coletivo escolar trazendo experiências pessoais provindas de diferentes contextos familiares, sociais, econômicos, com necessidades e jeitos próprios de se desenvolver e aprender – são convocados profissionais flexíveis, observadores, capazes de empatia com os alunos, suas histórias e famílias; que se instrumentalizam com conhecimentos didáticos imprescindíveis a uma boa atuação pedagógica.

O professor deve atuar como o mediador das aprendizagens, das interações e dos cuidados de si, do outro e do ambiente, tarefas que exigem novas competências e habilidades. O desafio de possibilitar aprendizagens desafiantes enquanto a criança desenvolve autoconfiança em suas capacidades e relações positivas com seus pares e os adultos, implica um professor conhecedor do desenvolvimento e das aprendizagens infantis. E, principalmente, um educador que aposta nas crianças e confia em suas capacidades. Esses novos desafios para o professor revelam a importância da reflexão sobre a prática pedagógica por meio dos instrumentos metodológicos, tais como: a observação atenta, o

registro sistemático, o planejamento coletivo e a autoavaliação efetuada por todos da equipe escolar relativa à qualidade educativa oferecida aos alunos.

Um último aspecto que norteia nossa concepção de ensino e aprendizagem é a metacognição, a condição de debruçar-se sobre o próprio pensamento, enquanto sujeito epistemológico, isto é, construtor de saberes. O foco central da metacognição é o conhecimento dos processos de conhecimento do sujeito pelo próprio sujeito. O exercício de pensar sobre o próprio processo de pensar permite identificar lugares de aprendizagem, movimentos do pensamento para ressignificá-los e integrar o pensar e o aprender.

Voltando à ideia de encontro proposta anteriormente, nosso objetivo é que essas páginas funcionem como cenários para frutíferas relações, de forma a nos alimentar na busca por uma educação reflexiva, de compromisso, qualidade e resultados significativos. Ou seja, mais do que informar, buscamos formar, transformar, afetar... É assim que gostaria que esse livro fosse recebido: como um companheiro, um parceiro para muitas conversas, discussões, aprendizagens. ■

1 Ler e escrever na escola para ler e escrever a vida

Ao longo dos tempos, o lugar e valor da leitura e da escrita sofreram significativas mudanças. Se atualmente concordamos que ler e escrever são práticas essenciais para a plena adaptação em nossa sociedade, a história nos mostra que nem sempre foi assim.

Adaptar-se à sociedade não significa apenas estar preparado para enfrentar desafios, desenvolver ferramentas para superar dificuldades e “vencer na vida”, mas também construir conhecimentos para fazer dessa sociedade um lugar justo e acolhedor, o que nos aproxima da ideia de educação para cidadania.

Como poderíamos definir a educação para a cidadania? Terezinha Rios observa que a educação, muitas vezes, traz o sentido de ascensão. A distância entre o saber e o não saber teria o poder de nos elevar, nos retirar de um lugar inferior e nos alçar a outro patamar. A autora, porém, questiona essa ideia, ao afirmar que o exercício de aprender é contínuo, não acaba nunca. Sempre podemos aprender mais e, assim, mudar mais uma vez de lugar. Nesse sentido, seria melhor considerarmos cada saber como um passo adiante no mesmo nível em que estamos, um passo adiante como experiência diferente. Um passo adiante em um movimento contínuo espiral.

Nossas experiências, sejam elas positivas ou negativas, nos definem e participam de nossas aprendizagens. Ao construir conhecimento, é importante não se enclausurar no espaço, é preciso manter a abertura, a possibilidade de aprender mais e mais. Ter

a clareza de que o conhecimento que construímos em determinado momento é parcial, que pode e deve ser ampliado. Assim foi ao longo da história da humanidade: pensávamos que a Terra era o centro do universo e essa crença perdurou por muito tempo, até que o uso de instrumentos e a construção de uma nova perspectiva por Galileu promoveu a alteração dessa ideia, e hoje sabemos que é a Terra que gira em torno do Sol. Mas a mudança de paradigma, de modo de pensar, foi árdua, enfrentou dificuldades para ser aceita. Nos dias de hoje, é importante que tenhamos maior flexibilidade diante de novas ideias e novas explicações, para podermos nos manter em movimento, movimento que a vida nos propõe.

Quanto mais sabemos, mais podemos sentir o gosto da realidade. E não é só o gosto bom, são todos os gostos, e é isso que a educação, feita por todos nós, pode oferecer. Não a nós apenas, mas à sociedade toda.

O que buscamos com esse exercício é a construção da cidadania. Ao assumirmos o compromisso de aprender, de nos adaptarmos ao mundo, podemos também moldá-lo de acordo com nossos valores. O professor ou profissional de qualquer área que tem consciência de sua inserção social, pode trabalhar nessa perspectiva da construção constante da cidadania própria e dos demais. Segundo Terezinha Rios (2001):

“Nascer num país, não faz do sujeito um cidadão desse país. Nascer neste país já nascemos, mas para ser cidadão é preciso mais do que um registro. É preciso a possibilidade de construir o país, ter direitos que permitam atuar fazendo o país ter a cara que a gente quer que ele tenha. Será que somos todos cidadãos? Se a educação tem a intenção de, ao construir a vida, construir também a cidadania, e se cada um de nós é responsável por esta construção da cidadania a gente tem que se perguntar como é que a gente vai fazer. O único momento da gente fazer história é o presente”.

Essas colocações contribuem para pensarmos sobre o lugar da leitura e da escrita ao longo dos tempos e no sentido da educação no contexto social.

A escrita surgiu da necessidade do homem de criar registros, comunicar-se, compartilhar experiências e construir memória. Esse movimento, que nos conecta à história da humanidade, se renova a cada dia, pois as crianças também são levadas a explorar formas de comunicar suas experiências e saberes por diferentes vias, entre elas a escrita.

1.1 Por que ler e escrever é tão importante?

As pinturas rupestres e os objetos produzidos pelos primeiros homens responderam às suas primeiras necessidades de registro e transformação do mundo para sua adaptação. Produzir um machado, amarrando uma pedra a um galho de árvore, ou desenhar nas paredes de uma caverna relatos pictóricos do vivido – os animais perseguidos durante o dia, por exemplo – são ações que nos constituem humanos.



Nicho Policrômico - Toca do Boqueirão da Pedra Furada - Serra da Capivara - PI
Fonte: Portal São Francisco.

Os primeiros indícios do nascimento da escrita remetem à região baixa da antiga Mesopotâmia e datam de mais de 5.500 anos. Primeiramente, a escrita era formada por ideogramas que representavam uma palavra. Assim sendo, eram necessários diversos signos pictóricos para representar objetos, experiências e ideias na busca pela comunicação.



O alfabeto foi inventado na Mesopotâmia há aproximadamente 5.500 anos.
Fonte: www.anchacow.ki.org/Ruters_of_Egypt

Numa segunda fase, a escrita se aprimora, deixa de representar o objeto em si e passa a adquirir valores fonéticos, e assim começa a prescindir de alguns sinais que antes eram necessários.

Essa “síntese” dos signos em indícios sonoros se desdobra nos primeiros alfabetos, que surgem a partir da decomposição das palavras/desenhos em sons simples.

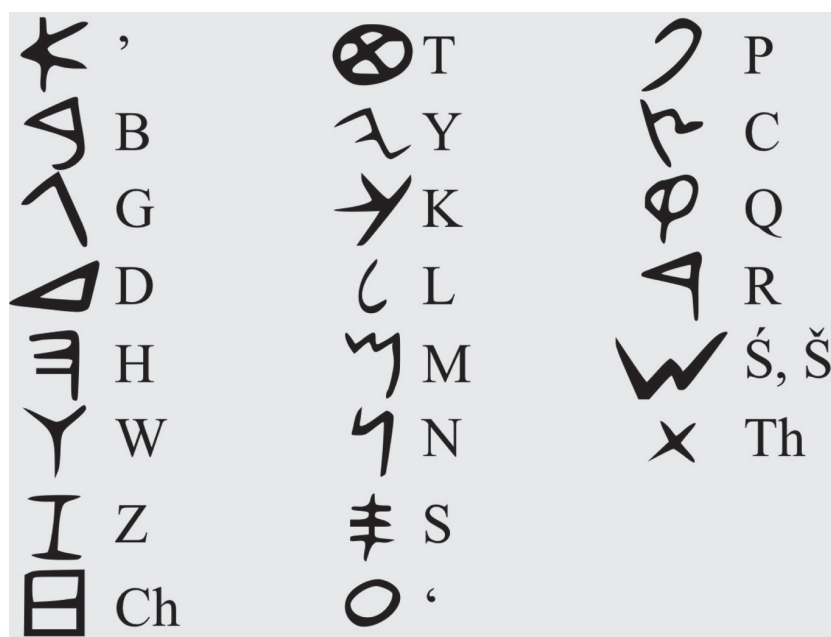


O épico de Gilgamesh, da antiga Sumeria é talvez a mais antiga história conhecida no mundo. (2750-2500 a. C.)

Fonte: www.kchanson.com/PHOTOS/gilgtab.html

Essas primeiras tentativas de escrita criam uma gramática própria, que se funda nos mesmos princípios das atuais, ou seja, narrar a vida e comunicar ao outro o que vivemos, sentimos e pensamos.

O primeiro povo a decodificar as palavras em sons e a criar signos para representá-los foram os fenícios. A escrita então evoluiu e passou a ser alfabética, ou seja, os sons passaram a ser representados por uma combinação de letras, sendo frequentemente formados por uma vogal e uma consoante. Foi o alfabeto fenício arcaico, que deu origem a todos os alfabetos atuais. Muitas variações e percursos decorrem dessas primeiras construções, e novos alfabetos foram desenvolvidos no Egito, Grécia, Roma e até mesmo na China, que mantém até hoje uma escrita baseada em ideogramas.



Alfabeto fenício
 Fonte: Antropology.net

O desenvolvimento e a difusão da escrita aconteceram ao longo dos tempos. Inicialmente, poucas pessoas aprendiam a ler e escrever, pois essa era uma habilidade restrita a um pequeno grupo, que usava a escrita para organização prática como o registro do tempo, das provisões etc.

Aos poucos, a escrita ampliou sua abrangência e passou a ser utilizada para outros fins, como o registro de descobertas e apoio

à memória, para comunicação de experiências e trocas de informações entre pessoas distantes.

Na Grécia Antiga, histórias, mitos e vivências passaram a ser documentados pela escrita, e assim nasceram as primeiras manifestações que depois deram origem à literatura.

Nessa época, como por muitos séculos, o domínio da leitura e da escrita se manteve restrito a poucos, como filósofos, religiosos, entre outros. Ler e escrever conferia poder aos que detinham esse conhecimento, e essa situação de pouco acesso à escrita se manteve até o início do século XX.

No Egito Antigo, eram os escribas que dominavam a arte de ler e escrever, e assim registravam o que ditavam os poderosos faraós, que nem sempre eram alfabetizados.

Durante a Idade Média, a força da palavra sobrepunha-se à escrita, e narrativas orais circulavam entre os povos. Contadores de histórias transmitiam cultura entre as gerações, e alguns escritores, como os irmãos Grimm, por exemplo, incumbiram-se de documentar fábulas e aventuras que misturavam ficção e realidade. Notícias escritas também começaram a chegar do “novo mundo”, a partir das grandes navegações e descobertas de novos territórios como a América.

No final do século XVIII, acontece a Revolução Industrial e com ela significativas mudanças vêm alterar a organização social até então existente. A produção em massa e os avanços tecnológicos levam à extinção de pequenos comércios e dão lugar a produtos fabricados em grande escala, que ameaçam a classe de artesãos e trabalhadores rurais. Esses, por sua vez, são substituídos pelos operários, que precisam se capacitar para realizarem o trabalho nas fábricas e indústrias nascentes. A partir desse momento, a transmissão de conhecimentos, que em muitos casos se realizava no âmbito doméstico e respondia às demandas de cada família, passa a ser de responsabilidade do Estado e visa à preparação da população para atender à crescente demanda da indústria.

No final do século XIX, as cidades começam a se transformar por decorrência das mudanças econômicas e sociais e isso repercute diretamente na organização educacional e profissional.

Muitos ofícios, ensinados de pais para filhos, carregados de afetos e tradições familiares, tornam-se raros. Assim, o sapateiro não mais ensina seu ofício aos seus filhos, assim como o padeiro deixa de transmitir aos seus filhos o modo de fazer pão.

Uma parte da população passa a frequentar a escola obrigatória, e aprender a ler e escrever passa a ser uma necessidade cada vez maior e sinônimo de poder e sucesso.

Essas mudanças trazem uma possibilidade maior de mobilidade social por meio da educação, mas também retiram alguns aspectos importantes das experiências constitutivas dos sujeitos como o convívio familiar, as experiências e encontros vividos nesses contextos.

Desde aquela época até os tempos atuais, a leitura e escrita ganham cada vez mais espaço e importância em nossa sociedade. Mas em muitos momentos são consideradas conhecimentos distantes e pouco acessíveis para as pessoas, o que as intimida em se lançarem a este desafio.

1.2 Em nossas escolas, o ensino da escrita parte de necessidades reais das crianças?

Se anteriormente a escrita se limitava a um uso prático de registro de informações importantes e era reservada a uma restrita elite, atualmente ela assume outro lugar e pode ser considerada fundamental para a constituição dos sujeitos.

Pesquisas de diversas áreas indicam que o papel da leitura e da escrita na formação do sujeito é muito profundo. Ler e escrever são recursos que funcionam como porta de entrada para a cultura, permitem o acesso a diferentes formas de informação, são fonte de conhecimento científico, artístico, tecnológico, entre outros.

Além de necessários para resolver questões práticas do cotidiano, como escrever, ler nomes de ruas, de ônibus, consultar listas, telefones, rótulos de produtos, revistas, jornais, os conhecimentos de leitura e escrita, funcionam como um importante meio de comunicação entre as pessoas.

Hoje sabemos que ler é muito mais do que atribuir significados a palavras isoladas, em um exercício mecânico. O domínio da leitura e da escrita permite ao sujeito assumir-se, posicionar-se, refletir e desenvolver consciência crítica sobre o que é lido.

Por meio da leitura e interpretação de textos se compreende os direitos e os deveres reservados às pessoas na sociedade, é possível apropriar-se de bens culturais, conhecer a história e os hábitos de um povo e, como consequência, é por meio da escrita e da leitura que são transmitidos valores sociais, morais e culturais de uma geração a outra.

A leitura também oferece prazer ao sujeito, pois por meio da literatura ele alimenta sua sensibilidade e criatividade. Quando lemos, imaginamos cenários, personagens e situações. A literatura participa de forma fundamental do desenvolvimento da produção de textos dos alunos, pois escrever é tomar o caminho oposto, imaginar primeiro e transcrever depois.

Então, é de fundamental importância que a escola ensine aos alunos não somente o aspecto formal da escrita, mas também como fazer bom uso dela e o porquê da sua importância.

Os professores – sejam eles de qualquer disciplina, uma vez que a escrita e a leitura permeiam todas as áreas – devem estimular os alunos a compreender textos, interpretá-los e levantar hipóteses sobre eles. Além disso, devem incentivá-los a usar a criatividade e a desenvolver seus próprios textos, explorando os diferentes gêneros e funções da escrita e da leitura. Com o uso sistemático da leitura e da escrita, os alunos poderão se apropriar cada vez mais desse importante recurso e desfrutar plenamente das possibilidades que eles oferecem.

Essa, precisa ser uma responsabilidade constante da escola e dos professores que nela atuam. Não podemos perder de vista que nossa função vai muito além de ensinar letras e números, e também não se restringe ao ano letivo que passamos com nossos alunos.

As experiências vividas nesse período transformam-se em memórias que acompanharão as crianças por toda sua vida. Daí a importância de cuidar para que elas sejam muito significativas para todos os envolvidos no processo.

1.3 Em busca de bons encontros...

Cientes do dever e da potencialidade da escola em participar positivamente da vida das crianças, temos pensado em formas de proporcionar a elas, nesse espaço, experiências verdadeiras e significativas, que ajudem a construir sujeitos plenos e aptos a enfrentar os desafios do mundo.

Porém, em muitos momentos, a escola se apresenta pouco acolhedora, distante do diálogo que se estabelece nos verdadeiros encontros, e, assim, limita-se à reprodução de valores da sociedade que não consideram o aluno em sua especificidade e potência. Se desejamos mudar esse estado de coisas, é preciso transformar.

A tarefa de transformação do lugar e função da escola em nosso tempo exige de todos nós a identificação de alguns paradigmas dominantes de nossa cultura e a tomada de consciência sobre eles. Vivemos um tempo de contradições. Um tempo de muitos acontecimentos, mas de poucas experiências, aquelas de verdade, que deixam marcas e se transformam em memória. Vivemos um preparo que se transforma em despreparo. A informação é excessiva, mas o acesso e compreensão a ela é limitado; o tempo é precioso, mas não conseguimos aproveitá-lo. A escola propõe criatividade, mas busca resultados; propõe cooperação, mas exige competição. As relações, por sua vez, estão cada vez mais numerosas e superficiais. Hoje pode se ter 500 amigos virtuais e nenhum amigo real...

Esses aspectos repercutem nas relações que as crianças e professores estabelecem com a educação e interferem no ensino e na aprendizagem. Em tempos em que se valorizam os talentos, resta pouco espaço para o esforço e a perseverança, de quem ensina e de quem aprende. Porém sabemos que aprender exige dedicação, empenho e novas acomodações...

Sobre o momento peculiar que vivemos, escreve a jornalista Eliane Brum:

“Ao conviver com os bem mais jovens, com aqueles que se tornaram adultos há pouco e com aqueles que estão tateando para virar gente grande, percebo que estamos diante da geração mais preparada – e, ao mesmo tempo, da mais despreparada. Preparada do ponto de vista das habilidades, despreparada porque não sabe lidar com frustrações. Preparada porque é capaz de usar as ferramentas da tecnologia, despreparada porque despreza o esforço. Preparada porque conhece o mundo em viagens protegidas, despreparada porque desconhece a fragilidade da matéria da vida. E por tudo isso sofre, sofre muito, porque foi ensinada a acreditar que nasceu com o patrimônio da felicidade. E não foi ensinada a criar a partir da dor”.

Essas constatações nos indicam que é preciso mudar. Transformar. Se acreditamos na força do saber como uma experiência emancipatória, que nos afeta e nos atravessa, é preciso resistir às pressões sociais e propor novas referências. Que respeitem o sujeito, sua singularidade, suas capacidades, seus direitos e responsabilidades.

O diálogo, as trocas e interações ampliam nossos saberes sobre o outro, sobre o mundo e sobre nós mesmos. Vivemos, assim, uma importante experiência de pertencimento: ao nos colocarmos em sintonia com nossos alunos e colegas professores, temos a oportunidade de aprender sobre a história do pensamento humano, sobre o próprio homem inserido no seu tempo e espaço. Tais experiências colaboram para nossa consciência crítica sobre o real e sobre nós mesmos.

O exercício da metacognição, de pensar sobre o próprio processo de pensar, participa de nossas transformações e determina as relações que estabelecemos com o mundo. Essa tomada de consciência nos concede a possibilidade de deixarmos o discurso que nos aprisiona e nos lança ao desafio de reinventar caminhos em direção de experiências de compromisso e dedicação aos pressupostos que construímos.

Nossa cultura, mais especificamente a história da educação, está carregada de situações que limitam o desenvolvimento ple-

no dos potenciais de crianças e adultos. Muitas vezes, a busca por responder às demandas sociais por qualidade e eficiência impede o professor de entregar-se ao encontro com as crianças e suas aprendizagens, pois, em nome de um suposto controle, ele se furta a essa importante experiência de um contato intenso e verdadeiro. A presença, o contato real, a possibilidade de estabelecer-se o diálogo são fundamentais para o educador que se propõe parceiro da criança no exercício de aprender. E o desenvolvimento de uma atitude atenta e interessada é condição de entrada para a transformação do seu discurso e das suas ações.

É preciso abrir, ampliar o olhar e deixar que novas percepções iluminem o espaço, como raios de sol que invadem o ambiente numa manhã de primavera. Assim, construímos novos observáveis e então podemos identificar a potência das crianças. Vemos que elas chegam à escola trazendo suas ideias sobre o mundo, sobre a leitura, a escrita, a matemática, as relações sociais... Elas revelam seus conhecimentos por diferentes vias, e cabe a nós, professores, apurar nosso olhar para captá-los. Para isso, precisamos desenvolver um olhar curioso e investigativo, que identifique por meio dos gestos, olhares, movimentos e colocações as intencionalidades das crianças.

Segundo Larrossa (2002):

“Se a experiência é o que nos acontece e se o saber da experiência tem a ver com a elaboração do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece, trata-se de um saber finito, ligado à existência de um indivíduo ou de uma comunidade humana particular; ou, de um modo ainda mais explícito, trata-se de um saber que revela ao homem concreto e singular, entendido individual ou coletivamente, o sentido ou o sem-sentido de sua própria existência, de sua própria finitude. Por isso, o saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal. Se a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência. O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual sua, singular

e de alguma maneira impossível de ser repetida. O saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna. Não está, como o conhecimento científico, fora de nós, mas somente tem sentido no modo como configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade ou, em definitivo, uma forma humana singular de estar no mundo, que é por sua vez uma ética (um modo de conduzir-se) e uma estética (um estilo). Por isso, também o saber da experiência não pode beneficiar-se de qualquer alforria, quer dizer, ninguém pode aprender da experiência de outro, a menos que essa experiência seja de algum modo revivida e tornada própria.”

Na escola, mediada pelos adultos nos diferentes momentos do seu cotidiano, a criança estabelece trocas com os colegas e o ambiente, e, assim, num exercício de bricolagem, dá novas formas às suas experiências, integrando conhecimentos e vivências, a casa e a escola, o individual e o coletivo. Por meio de diferentes linguagens, inicia-se uma construção de significados compartilhados.

A socialização se define como o processo de incorporação e transformação das normas que regem a convivência social; assim, faz-se referência a pautas, normas, hábitos, atitudes e valores que se adquirem na interação com os outros. Há que se considerar também uma dimensão de socialização com a família e outros agentes externos à escola, uma vez que o contexto social, a comunidade em que a criança está inserida, é seu território vital. Ele ratifica as aprendizagens escolares e sociais e acolhe a criança como sujeito social.

As aprendizagens que acontecem na escola e aquelas vividas fora dela se diferenciam por suas orientações, uma vez que na escola elas respondem aos objetivos previstos para cada etapa escolar e, portanto, têm direção, intencionalidade e sistematização.

Vygostky (1994) ressalta a importância da socialização em todo processo de aprendizagem. Para o autor, o desenvolvimento humano se realiza na cultura, e ela tem um papel fundamental e transformador no desenvolvimento da consciência humana.

Ele afirma que, na interação, as crianças são capazes de desempenhar funções mais complexas do que aquelas que estariam disponíveis a elas no âmbito individual. Definem-se, assim, os conceitos de zona de desenvolvimento proximal e real. Ou seja, ao poder contar com a parceria dos colegas, ou dos professores, as crianças acessam importantes capacidades humanas as quais ainda não dispõem quando sozinhas.

Para Vygostky, o que nos caracteriza humanos são nossas capacidades de consciência autorreflexiva, que é a possibilidade de pensar sobre si mesmo e retomar experiências, a linguagem e a poética, que são habilidades de narrar a própria história, registrar e compartilhar experiências, o raciocínio, o pensamento lógico, a atenção voluntária e a memória associativa. Essas faculdades nos permitem resolver problemas, produzir obras artísticas, inventar instrumentos e artefatos e nos comover diante de manifestações estéticas. Todas essas capacidades revelam-se mais disponíveis em situações de interação e troca.

Ao considerarmos a participação do social na aprendizagem da leitura e escrita, chegamos ao letramento como uma compreensão mais ampla dessa apropriação. O letramento se define como o processo cognitivo-criativo de compreensão do mundo. Esse processo não se limita a aprender a ler e escrever. Mas pressupõe um uso amplo e autônomo das letras. Nesse sentido, ser letrado é mais do que ser alfabetizado. Essa ampliação do conceito de alfabetização decorre do fato de que as sociedades do mundo inteiro estão cada vez mais centradas na escrita.

Consequentemente, ser alfabetizado – isto é, saber ler e escrever – tem se revelado condição insuficiente para responder adequadamente às demandas contemporâneas. É preciso ir além da simples aquisição do código escrito, é preciso fazer uso da leitura e da escrita no cotidiano, apropriar-se da função social dessas duas práticas: é preciso letrar-se.

Além disso, a cada momento, multiplicam-se as demandas por práticas de leitura e de escrita, não só na chamada cultura do papel, mas também na nova cultura da tela, como pode ser chamado o conhecimento mobilizado pelos meios eletrônicos. Por isso, se uma criança sabe ler, mas não é capaz de ler um livro,

um jornal, ou se sabe escrever palavras e frases, mas não é capaz de escrever uma carta, ela pode ser considerada alfabetizada, mas não letrada. Em sociedades grafocêntricas como a nossa, as crianças de diferentes classes sociais convivem com a escrita e com práticas de leitura e escrita cotidianamente, o que significa que vivem em ambientes de letramento.

As crianças começam, portanto, a “letrar-se” a partir do momento em que nascem em uma sociedade letrada. Rodeadas de material escrito e de pessoas que usam a leitura e a escrita, nossas crianças, desde cedo, vão conhecendo e reconhecendo as práticas de leitura e de escrita.

O problema é que crianças das camadas desfavorecidas têm um convívio menos frequente e menos intenso com textos impressos do que as crianças das classes sociais mais favorecidas. Por isso, a entrada das crianças aos seis anos de idade na escola pública pode significar uma oportunidade para essas crianças terem acesso e contato com materiais escritos e com práticas de leitura e de escrita mais cedo, ampliando, assim, seu tempo de aprendizagem desses conhecimentos.

Para que isso ocorra, é importante que a escola proporcione aos alunos o contato com diferentes gêneros e suportes de textos escritos, por meio, por exemplo, da vivência e do conhecimento dos espaços de circulação dos textos, das formas de aquisição e acesso aos textos e dos diversos suportes da escrita. Esses aspectos serão desenvolvidos posteriormente.

A utilização do termo alfabetização faz referência à capacidade de compreender os signos produzidos por outros e por meio de situações especificamente planejadas para aprender a utilizá-los de forma a produzir novos significados, isto é, conhecer, interpretar e modificar o ambiente por meio da linguagem escrita.

A alfabetização reconhece que a criança tem capacidade de criar estruturas funcionais (organização perceptivo-motora, memória, estruturação conceitual, organização linguística etc.) que lhe permitem se adaptar ao meio, apropriar-se e exercer uma atividade criativa suscetível de modificações, incluindo o próprio meio em que está.

Socialização e alfabetização são processos que se desenvolvem de maneira simultânea em uma escola comprometida com a formação de sujeitos sociais, capazes de comunicar-se, participar realmente, cooperar, construir conhecimentos, expressar-se de maneira livre e criativa.

A prática sociointeracionista, baseada nos pressupostos de Vygostky, resgata o papel dos professores como coautores do processo de ensino-aprendizagem, conferindo-lhes o lugar de mediadores da cultura e detentores de conhecimentos importantes acerca dos conteúdos a serem ensinados e dos percursos vividos pelas crianças quando aprendem. Ao conceber o seu trabalho com as crianças, o professor se deixa levar pelos caminhos de aprendizagem de seus alunos, recorre aos seus saberes docentes para apoiá-los, busca o aluno onde este está, (zona de desenvolvimento real e proximal) para que, com sua ajuda, de parceiro mais experiente, possa proporcionar avanços em seus conhecimentos – é a ajuda ajustada.

Ajuda ajustada é um conceito que decorre das ideias de Vygostky sobre as relações entre desenvolvimento e aprendizagem. Para esse autor, oferecer uma ajuda ajustada à aprendizagem significa criar uma zona de desenvolvimento proximal, ou seja, um espaço potencial de aprendizagem e nele intervir, proporcionando avanços nos conhecimentos. Por exemplo, no caso da escrita, ao propor às crianças que localizem a palavra macaco numa lista de nomes de animais, estamos organizando um contexto favorável (ao garantir um campo semântico delimitado e incentivar que recorram aos saberes já construídos) para que enfrentem uma atividade desafiadora, porém possível de ser realizada. Assim, conseguimos ir além do que conseguiriam sozinhos, a transformação no que diz respeito aos seus conhecimentos e às ferramentas mentais que pode utilizar.

É importante que o professor considere que o conhecimento de cada aluno se constitui de forma única, pois, quando a criança aprende algo novo, esta aprendizagem está enlaçada a tantas outras de sua vida e, portanto, a representação que faz do que aprendeu é singular.

Esta é a aprendizagem significativa, a que é significada pelo aluno, de acordo com suas experiências anteriores, com seu desejo de aprender e com os conteúdos destas situações reais. Dar voz ao que os alunos aprendem é dar valor ao processo de pensamento, que é único, aparentemente invisível, mas que, quando comunicado, expressa suas pesquisas, seus esquemas, suas reflexões.

Esquemas

Esquemas são estruturas cognitivas resultantes da interação do indivíduo com o meio. Sabemos que o ser humano aprende na interação com o ambiente e, desse encontro, são formados esquemas, que são a organização das informações que guardamos a partir desse contato e que nos ajudam a compreender intelectualmente o mundo e a nos relacionarmos com ele. São maneiras de pensar e agir no mundo.

Desde muito pequenas as crianças começam a construir seus esquemas, que envolvem aprendizagens motoras e mentais. Essas estruturas se modificam com o crescimento e desenvolvimento do sujeito e tornam-se cada vez mais refinadas à medida que a criança torna-se mais apta a generalizar os estímulos. Os primeiros esquemas que se formam são chamados de *sensório-motores*, pois estão diretamente ligados às primeiras experiências do bebê, que reage corporalmente ao mundo nessa fase da vida, e explora as sensações e ações relativas ao seu corpo. ■

O professor precisa, para ser medidor, ser leitor de processos de pensamento, ser pesquisador dos arranjos que cada um faz internamente no exercício de construção de conhecimento, saber interpretar o que estão querendo aprender e, para isso, precisa ser investigador, instrumentalizando-se para atuar de forma a apoiar as descobertas de seus alunos. É importante que o

professor tome consciência de suas dificuldades e possibilidades, pois assim pode desenvolver os conhecimentos e habilidades necessárias para o exercício de seu trabalho.

Soligo (2003) discute a importância dos conhecimentos didáticos necessários para empreender a tarefa de ensinar a leitura e escrita, e aponta que nem sempre dispomos dos saberes necessários para uma prática pedagógica competente, que garanta aos docentes a possibilidade de assumir ações precisas e instrumentalizadoras no diálogo com seus alunos.

Tais conhecimentos indicam a necessidade de preservar o sentido do objeto de ensino para o sujeito da aprendizagem, o que, no caso da alfabetização, significa **criar na escola o sentido que a leitura e a escrita assumem como práticas sociais no mundo.**

Esse tem sido um grande desafio, pois, com a intenção de ensinar, a escola tem simplificado os conteúdos da leitura e escrita, muitas vezes reduzindo-os a exercícios repetitivos e desvinculados da sua verdadeira significação. Ao compreender a leitura e escrita como um código a ser decifrado, ou como um conjunto de informações a serem memorizadas, por exemplo, desconsideramos aspectos importantes desse importante sistema de comunicação.

O que buscamos é conciliar as necessidades (e limitações) da escola com o propósito de formar leitores e escritores, empreendendo a articulação entre os propósitos didáticos que permitem o acesso à leitura e à escrita na escola com as intenções comunicativas que as caracterizam fora dela.

Entendemos o sistema de escrita como um conteúdo conceitual complexo, que se desdobra em dois processos igualmente importantes:

1. Compreender a natureza do sistema alfabético de escrita – a representação gráfica da linguagem, com as relações entre letras e sons, a segmentação das palavras, as regras ortográficas;
2. Compreender o funcionamento da linguagem escrita – suas características específicas, suas diferentes formas, gêneros e discursos.

Esses dois processos acontecem simultaneamente: ao mesmo tempo em que o aluno reflete e aprende sobre o sistema alfabético de escrita, ele aprende como a língua escrita é utilizada socialmente, o que são textos, quais seus usos e como a linguagem que se escreve é organizada. O conhecimento sobre o sistema alfabético de escrita é construído com o conhecimento sobre os textos e suas funções comunicativas.

Como já mencionamos, ao viver seu processo de alfabetização, ou seja, ao vivenciar situações que possibilitam a compreensão desse importante conceito, as crianças refazem percurso semelhante ao trilhado pela humanidade ao longo de seu processo de desenvolvimento.

Essa importante dimensão histórica e cultural nem sempre é considerada quando nos encontramos com nossos alunos e limitamos nossas ações às lições planejadas para o ano letivo. Como podemos ampliar esse olhar e viabilizar um encontro efetivo das crianças com a leitura e a escrita?

Para que isso aconteça, precisamos resgatar nossas próprias experiências de leitura e escrita. Como nossas histórias pessoais participam de nossa formação profissional? Elas se entrelaçam para constituir os sujeitos que somos e determinam muitas de nossas práticas como professores.

Além das experiências de vida, dos encontros dos professores com a leitura e a escrita, sua prática é influenciada também pelo seu percurso profissional, os caminhos de formação trilhados.

Segundo Soligo (2003), o processo de formação dos professores é fundamental para que as aprendizagens das crianças se efetivem. Um professor bem formado, convidado a experimentar boas situações de aprendizagem nas quais mobiliza seus saberes e faz circular seus conhecimentos, consegue proporcionar aos seus alunos situações semelhantes, e assim participa de seu desenvolvimento.

Esse tipo de formação pressupõe o desenvolvimento de competências profissionais, ou seja, da capacidade de enfrentar os diferentes desafios colocados pelo exercício da profissão. Ao considerarmos a formação sob essa perspectiva, precisamos cuidar para que seja pensada de forma cuidadosa e específica, garan-

tindo os conteúdos próprios do percurso – aprendiz de alunos, professores e formadores. Isso pede movimentos singulares para cada instância, e não mera reprodução em cadeia dos mesmos conteúdos que, por vezes, se repetem consecutivamente, sem considerar as especificidades de cada momento.

Assim, para que os alunos tenham acesso a boas situações de aprendizagem da leitura, os professores precisam ser capacitados a viabilizar essa aproximação, o que prevê não apenas vivências e sensibilização de leitura, mas sim procedimentos utilizados para ler, importância dos modelos de leitores para os aprendizes, trabalho com a diversidade textual, relação entre os gêneros e os tipos de estratégias que demandam, fatores que interferem na proficiência de leitura, entre outros. Tais aspectos sustentarão a ação do professor para que ele desenvolva competências profissionais para trabalhar adequadamente com a leitura na sala de aula, para se fundamentar melhor, para fazer intervenções pedagógicas de boa qualidade.

Os formadores, por sua vez, devem se responsabilizar pelo acompanhamento dos professores no encaminhamento dessas ações, bem como pelas estratégias metodológicas, articulações do currículo, entre outros conteúdos específicos da formação. Ou seja, em cada situação, os objetivos previstos (sejam as capacidades dos alunos ou as competências profissionais de professores ou formadores) são diferentes e demandam conteúdos também diferentes.

A metacognição acontece em diferentes momentos do processo – com os alunos, professores e formadores – e propicia a reflexão sobre os conteúdos de aprendizagens envolvidos em cada construção. Ela cria condições para que significados e sentidos possam ser reelaborados, apropriados de novas formas, acrescidos de novos comentários, olhares, para, assim, os sujeitos desfrutarem do prazer de aprender, de estudar e da liberdade para pensar, elaborar e expressar-se. A metacognição retrata um diálogo interno e externo, que causa imenso prazer e, como nos diz Aícia Fernandez, “o sentimento de autoria quando nos acontece, atravessa o corpo de alegria”.

A troca, ou a comunicação das experiências que são frutos de buscas, de perguntas, entre as crianças, causam um impacto

imenso em quem as recebe. O encantamento das crianças com o mundo impõe-se aos adultos de tal forma que se a escolha for por não percebê-lo, o encontro não acontece. A ausência do professor é sentida pela criança que não tem suas perguntas acolhidas. Elas experimentam o silêncio que encerra o diálogo, que interrompe o fluxo de conhecimentos e trocas.

O professor que se sabe educador não dá às costas às perguntas, aos casos, às expressões, ao que dizem seus alunos. O professor presente é delicado, escuta e devolve às crianças, por meio de suas intervenções, novas perguntas, ajudando-os a compreender como funciona o mundo, ampliando suas leituras e acompanhando suas escritas sobre ele.

Segundo Scatolin (2007, inédito):

“O ato de presença é um ato de valor ao humano, presença valorada pelo diálogo, pelo jogo de perguntas que vai e vem... Quando escuta genuinamente seu aluno, o professor se conecta em busca das significações que marcaram a sua experiência, descobre, ou se aproxima das grandes emoções que lhe intrigam, que lhe faltam, movem. O professor tem o alcance de caçador de perguntas, é também um pescador de encantamentos, socializa palavras carregadas de sentidos e emoções, ao ser tocado, se põe cheio de poder para buscá-las, escová-las, para generosamente ao lado do perguntador, ou contador de experiências, casos, tonificá-las, expandi-las para o grupo, coletivizá-la”.

Estas situações, após serem socializadas, vividas no grupo, passam a ser de todos. Todos carregam um pedaço do aluno protagonista, do professor protagonista; a experiência destes vai se enlaçando às experiências dos outros e se tornando um pouco de cada um. Este processo de socialização das vivências é conhecimento do outro, de si e do mundo. O caso contado, a vivência, a pergunta, a palavra, a descoberta, a leitura passam a ser de todos e a constituir um repertório comum.

O fortalecimento da escola em direção a um ambiente relacional – que dê suporte a estas mudanças de paradigmas, onde os profissionais sintam a interdependência nas relações de trabalho, o pertencimento a concepções comuns, o respeito às diferenças, o diálogo, a escuta – é condição para que estes valores/ atitudes moldurem as infinitas aprendizagens dos profissionais e das crianças que acontecem nesse espaço. ■